



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638372 - MG (2021/0000722-4)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : ELISETE APARECIDA DE ARAUJO
ADVOGADO : ELISETE APARECIDA DE ARAÚJO - MG119319
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : EMMANUEL ALBERTO SILVA SANTIAGO (PRESO)
CORRÉU : EMANUELLY BARBARA SILVA SANTIAGO
CORRÉU : DELMA HELENA SILVA SANTIAGO
CORRÉU : SANDRO ALBERTO SANTIAGO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de EMMANUEL ALBERTO SILVA SANTIAGO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.20.568478-0/000).

O paciente teve a prisão em flagrante convertida em preventiva, por suposta prática de tráfico de entorpecente, por ter sido apanhado com 2g de maconha, 2g de crack e 2 balanças de precisão.

A impetrante sustenta que não há crime de tráfico, mas apenas de posse de substância entorpecente para uso próprio, dada a ínfima quantidade encontrada. Aduz que não estão elencados elementos aptos a fundamentar a segregação cautelar, que já perdura desde 23 de setembro de 2020, em evidente excesso de prazo.

Requer, liminarmente, seja a prisão revogada. No mérito, pugna pela concessão da ordem para ratificar a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, porquanto a questão do excesso de prazo não foi decidida no acórdão tido como coator. Há, portanto, em princípio, supressão de instância no particular. Além disso, quanto aos fundamentos, estariam elencados para dar supedâneo ao encarceramento cautelar, conforme deixou assente o julgado combatido:

EMENTA: HABEAS CORPUS — TRÁFICO DE DROGAS — ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE ENTORPECENTES — CONSTRANGIMENTO ILEGAL — NÃO EVIDENCIADO — DECISÃO BEM FUNDAMENTADA — GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA — PRESSUPOSTOS AUTORIZADORES DA PRISÃO PREVENTIVA — PRESENÇA — CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS — IRRELEVÂNCIA — MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO — IMPOSSIBILIDADE — ORDEM DENEGADA. Devidamente fundamentada a decisão que homologou a prisão preventiva com base em elementos concretos não há que se falar em constrangimento ilegal. Presentes os requisitos para a prisão preventiva, consubstanciados na garantia da ordem pública, bem como a prática de crimes dolosos apenados com pena máxima superior a quatro anos, impõe-se a manutenção da restrição da liberdade do paciente. A eventual condição favorável do paciente, como ser primário e possuir trabalho e residência fixa, a princípio, não lhe garante o direito à liberdade provisória, devendo tais condições pessoais favoráveis ser analisadas em conjunto com os demais elementos probatórios dos autos. Diante da presença dos motivos da prisão preventiva, não se mostram suficientes medidas cautelares diversas da prisão. (HABEAS CORPUS CRIMINAL Nº 1.0000.20.568478-0/000 - COMARCA DE SAO JOAO DEL-REI - PACIENTE(S): EMMANUEL ALBERTO SILVA SANTIAGO - AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL E DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE SÃO JOÃO DEL REI).

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente